

**De Tlatelolco a Ayotzinapa: as semelhanças no retrato da violência na era democrática**

<sup>1</sup> *Andressa de Lara*

<sup>2</sup> *Andrew Traumann*

**Resumo:** O objetivo deste estudo é trazer um acercamento entre as similiaridades do massacre estudantil de 1968 e o desaparecimento forçado de 43 estudantes de Ayotzinapa em 2014. Através de bibliografia, jornais e relatos da época será possível compreender a magnitude da rede de corrupção e violadora de direitos humanos que atua no México atual, a qual deixou sem respostas a sociedade. Ambos os eventos são divisores de águas dentro do contexto político mexicano, de tal maneira que denuncia o envolvimento do Estado nas violências praticadas e com o crime organizado. O Estado mexicano não vivenciou ditadura ao decorrer do século XX e XXI, porém sua conduta condiz com uma democracia de fachada, a qual apresenta comportamentos típicos ditatoriais.

**Palavras-chave:** Movimento estudantil de 1968, Ayotzinapa, violência estatal, democracia, direitos humanos.

**Abstract:** The aim of this study is to bring an approximation between the similarities of the 1968 student massacre and the forced disappearance of 43 students from Ayotzinapa in 2014. Through bibliography, newspapers and reports of the time, it will be possible to understand the magnitude of the network of corruption and violators of rights working in Mexico today, which has left society with no answers. Both events are watershed within the Mexican political context, in such a way that it denounces the State's involvement in the violence practiced and with organized crime. The Mexican State did not experience a dictatorship during the 20th and 21st centuries, but its conduct is consistent with a façade democracy, which presents typical dictatorial behaviors.

**Keywords:** 1968 student movement, Ayotzinapa, state violence, democracy, human rights.

Artigo recebido em: 02/07/2021

Artigo aprovado em: 20/08/2021

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Relações Internacionais – Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA. Curitiba – PR. email: andressa.ribeirodelara@outlook.com

<sup>2</sup> Professor Orientador – Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA. Curitiba – PR. e-mail: andrewtraumann@hotmail.com

**Introdução**

Para compreender um caso de destaque como Ayotzinapa decidiu-se fazer o uso de elementos que se repetiram ao longo da história mexicana condensadas dentro do caso de Tlatelolco, o qual representou a efervescência dos movimentos estudantis da década de 1960, além de ser um importante ponto de partida para entender a atuação estatal na repressão de movimentos estudantis. O presente estudo é dividido em temática como: o contexto interno e externo do massacre de Tlatelolco atuação das forças de segurança, a intrínseca relação entre Estado e a violência, ademais de apresentar de maneira singela o ensejo político e econômico que se encontra o México a partir do século XXI de tal maneira que influenciou nas investigações e desdobramentos do caso.

**1. Contexto Interno e Internacional**

A conjuntura mundial da década de 1960 era de mudanças profundas, especificamente o ano de 1968 que serviu como testemunha de diversos acontecimentos, dentre eles podemos citar a Guerra Fria, as greves operárias e estudantis no maio francês, a passeata dos Cem mil no Brasil contra a ditadura, protestos de jovens contra a guerra do Vietnã, o movimento dos panteras negras nos Estados Unidos e na Tchecoslováquia se presenciava a “primavera de praga”, uma insurreição em combate a opressão soviética. O que se vislumbrava eram lutas populares que moviam o imaginário da população, sobretudo os estudantes. Essa mudança social acerca das ideias de liberdade fomentava que novos movimentos surgissem como é o caso de Tlatelolco.

Já no âmbito interno o processo pelo qual o México passava entre 1940 e 1970 é chamado de “Milagre Mexicano”, pois foi o período em que houve a superação dos efeitos causados pela Grande Depressão (1934-1935), passando pela nacionalização do petróleo em 1938 e conduzindo a então fragilizada economia para a industrialização a partir das necessidades de consumo dos produtos de origem mexicana durante a Segunda Guerra Mundial. Com a chegada da industrialização e da urbanização seus efeitos já podiam ser notados no aumento da qualidade e expectativa de vida do mexicano. Em razão do

crescimento econômico a população dos centros urbanos multiplicava-se, inclusive a de estudantes, logo a população estudantil representaria uma força contra o autoritarismo governamental.

O governo dirigido pelo PRI (Partido Revolucionário Institucional) em 1968 exercia seu poder como um monarca absolutista, por efeito de se tratar de um partido que praticamente era herdado pelos próximos representantes, dada as fraudes eleitorais e manipulações no campo político que eram vivenciadas constantemente desde 1929, ano que o partido assume o controle da presidência. Embora evidenciada a percepção acerca do poderio do PRI não havia oposições diretas ao governo. Nas palavras de Gilberto Guevara Niebla:

“O regime mexicano perseguia e esmagava qualquer expressão política independente que se sustentava em um partido oficial que possuía uma estrutura corporativa com pretensões totalizantes, uma estrutura que integrava as massas organizadas do país”. (Niebla, Gilberto, 2018, p.14, tradução nossa).<sup>3</sup>

Entretanto o Estado mexicano não se consolidou no pós-revolução sem a preponderância do controle da educação, pois esta firmava um nacionalismo de obediência e culto ao presidente, deste modo à reação da população sobre as medidas tomadas pelo governo em 1968 revelou uma inesperada quebra do pensamento de submissão ao governo do PRI. Um equívoco comum é observar o Movimento de 1968 sobre a perspectiva de um evento isolado na história mexicana, todavia apresenta-se como produto de herança autoritária governamental, pois segundo Aguayo (2015, p.2) entre novembro de 1963 e junho de 1968 houve ao menos 53 revoltas estudantis no México.

---

<sup>3</sup> No original: “El régimen mexicano perseguía y aplastaba cualquier expresión política independiente y se sustentaba en un partido oficial que poseía una estructura corporativa con pretensiones totalizantes, una estructura que integraba a las masas organizadas del país ( Niebla, Gilberto, 2018, p.14)

## **2. Movimento Estudantil**

Como fruto dos pensamentos democráticos, estudantes e professores tomaram a Universidade Nacional e o Politécnico na Cidade do México, em defesa da liberdade de expressão política. No dia de 30 de julho de 1968 é denunciada a ação militar na Universidade Autônoma do México (UNAM), o reitor Javier Bastos Sierra convida os alunos a não desistirem dos protestos e da busca por liberdade e democracia. Com o título que ficou popular na época “A educação requer da liberdade e a liberdade requer da educação”,<sup>4</sup> Sierra intitula o jornal que circulava pela universidade, em virtude da ocupação pelas forças armadas dos setores acadêmicos, os convocando para outra manifestação nas vias públicas que ocorreria no dia seguinte.

O movimento estudantil de 1968 inaugura-se com reuniões de distintos grupos dentro das universidades, porém depressa se transforma em manifestações, de tal forma que 100 mil pessoas se dirigem a praça mais famosa da Cidade do México, o Zócalo.<sup>5</sup> Tendo em vista as manifestações que reuniram centenas de pessoas o movimento estudantil começou a ganhar legitimidade e por sua vez desmentiu o discurso proferido pelos representantes governamentais de que se tratava de uma conspiração comunista contra o governo. Tais representantes tinham a visão de que o movimento estava sob influência de Cuba com o propósito de abalar a ordem. Deste modo, se consolidava a insatisfação sobre a administração de Gustavo Díaz Ordaz como chefe de Estado. Segundo Hamnett (2016, p 291) “Díaz Ordaz via as críticas como um ataque contra o cargo presidencial e considerava as pressões públicas como perturbações que tinham o objetivo de desestabilizar o regime e fomentar a anarquia”.

Os termos Direitos Humanos e Sociedade Civil antes, desconhecidos do discurso público, aparecem a partir da década de 1960, à medida que ganham dimensão dentre as discussões internacionais sobre liberdade e democracia, as quais invadem de maneira inicial as universidades. Outro aspecto que demanda atenção é que com o advento da televisão como

---

<sup>4</sup>No original: “La educación requiere de la libertad, la libertad requiere de la educación “Gaceta UNAM: <http://www.acervo.gaceta.unam.mx/index.php/gum60/article/download/5344/5342>

<sup>5</sup> (Hamnett, 2016 p. 293)

ferramenta de conexão com o mundo fazia-se crescer as expressões de arte, cultura em suas formas livres. Os jovens mexicanos da década de 1960, eram influenciados pelas canções de rock sobre insurreições que ocorriam ao redor do mundo, além de estarem rodeados de novas perspectivas, enfrentavam desafios, uma vez que suas expressões de identidade eram vistas como rebeldia e reprimidas pelo governo conservador. Nas palavras de Niebla: Em 1968 ser jovem era quase um delito. Não só um feito. “Nos bairros se realizavam periodicamente perseguições contra as gangues juvenis” (NIEBLA, 2018, p.17, tradução nossa <sup>6</sup>).

O governo em seu comportamento opressivo não se contentou com a prisão de professores e alunos, não obstante transforma o que seria uma manifestação por liberdade no massacre símbolo da luta estudantil pela democracia mexicana. No dia 2 de outubro de 1968 os protestos contra o desrespeito do regime às liberdades públicas e carregam a presença de tanques militares nas ruas, os quais entram em confronto com a população. Uma das razões que explicam as motivações de impedimento aos protestos devia-se ao México ser sede dos Jogos Olímpicos, por conseguinte a atenção governamental se fixava na concepção de mostrar para o restante do mundo que um país subdesenvolvido poderia sediar as Olimpíadas de maneira honrosa, sem que os movimentos estudantis fossem expostos no âmbito internacional, o que revelaria a democracia de fachada. A manobra política de esconder o Movimento de 1968 foi designada a imprensa, a qual era vendida e dotada de propaganda política responsável por ocultar o movimento de 1968 com imagens Olímpicas.

Segundo Hamnett (2016) com a ocupação militar na Escola Preparatória Nacional houve violação as imunidades constitucionais. O movimento estudantil viu-se fragilizado, em razão do uso das forças armadas e o número de pessoas mortas nesse conflito em frente ao Ministério de Relações Exteriores ainda é motivo de dúvidas na sociedade mexicana, mas o que podemos assegurar que o terror instaurado foi acentuado devido aos desaparecimentos forçados e prisões.

---

<sup>6</sup> No original: “En 1968 ser joven era casi un delito. No es sólo un dicho. En los barrios se realizaban periódicamente persecuciones (razias) contra las pandillas juveniles”.

Devido a sequência de ações desastrosas e violentas a mando do governo, o PRI tem seu discurso de paz social e de um governo fruto da Revolução Mexicana insustentável. Houve inúmeros mortos e feridos, no entanto a reação do regime foi negar o fato, entretanto, com a pressão da mídia e a repercussão o PRI viu-se abalado. Sobreveio a perda de legitimidade, em razão da exposição do regime autoritário que preferiu o assassinato de pessoas ao diálogo. O controle severo do trabalho urbano não permitiu que o episódio visto em Paris ocorresse no México, no qual os trabalhadores se uniram aos estudantes na luta democrática, portanto, o PRI continuou sendo a principal figura política até 2000.

### **3. Contexto do século XXI**

A desigualdade social e econômica na América Latina é uma das causas responsáveis pelo aumento da violência. De acordo com o Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social, (CONEVAL, 2018)<sup>7</sup> 41,9% dos mexicanos vivem em situação de pobreza e cerca de 1% da população rica controla o país. Conforme a Comissão Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) de 2015<sup>8</sup>, o México passa por uma grave crise de segurança, com desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais, tortura e insegurança, além da impunidade aos crimes de envolvendo jornalistas, os quais ainda resistem em denunciar e investigar casos de violações de Derechos Humanos. A violência sob o território mexicano toma legalidade ao passo que apenas 5% dos crimes são investigados<sup>9</sup>. Para, além disso, de acordo com o INEGI (Instituto Nacional de Estadística y Geografía)

---

<sup>7</sup> Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social Medición de Pobreza 2008- 2018 de los Estados Unidos Mexicanos. Disponível em: [https://www.coneval.org.mx/Medicion/PublishingImages/Pobreza\\_2018/Serie\\_2008-2018.jpg](https://www.coneval.org.mx/Medicion/PublishingImages/Pobreza_2018/Serie_2008-2018.jpg)

<sup>8</sup> COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Situación de Derechos Humanos em México, 2015.

<sup>9</sup> DESSOTTI e col. 2019

entre 2010 e 2011 60% dos entrevistados afirmavam que se sentiam mais inseguros que nos anos anteriores<sup>10</sup>.

Já no que tange as medidas de segurança, o Estado mexicano a partir do final do século XX atua de maneira mais severa no que diz respeito ao tráfico de drogas, entretanto a política de perseguição ao tráfico que militarizou o sistema de segurança pública associada à Iniciativa Mérida é um exemplo de como a estratégia utilizada no combate ao crime organizado não teve resultados positivos. Após o início das medidas tomadas pelo governo surgiram novas rotas de tráfico e a relação entre o Estado e o crime ficou ainda mais estreita refletindo nos números que apontam a violência, além de dar maior poder as forças armadas que nem sempre agem em prol da população. Tais consequências só ocorreram mediante múltiplos interesses que levaram a “Guerra Interna”, na qual atores internos utilizam-se desses mecanismos para controlar a nação. Dentro desse panorama, os agentes de forças armadas lucram através da corrupção, porém um ator externo como os Estados Unidos utiliza-se da Iniciativa Mérida como uma ferramenta de influência. (DESSOTTI e col. 2019).

#### **4. Desaparecimentos Forçados**

Nesse cenário destacam-se os casos de desaparecimentos forçados, não sendo esta uma problemática exclusiva do século XXI, não obstante, já era vista na “Guerra Sucia” durante a década de 1960 e até o final de 1980 nos confrontos entre PRI e estudantes e atualmente os casos de violência continuam crescendo de maneira avassaladora. O desaparecimento forçado é um delito que infringe múltiplas garantias de Direitos Humanos, como por exemplo, o direito a vida, o de não ser torturado e o de não ser detido arbitrariamente. Conforme Yañez (2018), no México o desaparecimento forçado “é uma prática do Estado

---

<sup>10</sup>INEGI, “Índice de percepción sobre la seguridad pública: Cifras durante diciembre de 2011”, 5 de enero de 2012, <http://www.inegi.org.mx/inegi/contenidos/espanol/prensa/Boletines/Boletin/Comunicados/Percepcci%F3n%20sobre%20Seguridad%20P%FAblica/2012/enero/comunica.pdf>

que, desde a década de 60 mostra planejamento e sistematização.”<sup>11</sup> (YAÑEZ, 2015, p.60, tradução nossa).

Embora explícita a ligação do Estado aos casos de desaparecimentos, no documento fornecido pela PGR (Procuradoria Geral da república) aponta-se que a visão estabelecida pelo governo mexicano é a de negação da ocorrência de desaparecimentos forçados em seu território<sup>12</sup>.

Todavia a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) (2015) relata em seu documento oficial as investigações que apontam para as fossas encontradas em território mexicano de centenas de pessoas, antes relatadas como desaparecidas. Na continuidade do documento é possível afirmar a participação do Estado nos casos de violência, além da participação do exército em execuções o que evidencia como a população não é protegida por aqueles que têm o dever de fazê-lo.

Já o crime organizado conta com uma estrutura de poder, em virtude da corrupção e impunidade, desta forma se não há investigação a repetição de tais delitos se torna frequente. Sem embargo, as polícias comunitárias também são fontes de violência, posto que o problema da impunidade afeta desde os mais baixos escalões de segurança até as instituições de justiça. No que tange os desaparecimentos forçados, este é definido como uma violação dos direitos humanos e foi amplamente utilizado por ditaduras na América Latina. A Convenção Interamericana sobre Desaparecimentos Forçados de nove de junho de 1994, em seu artigo segundo define o delito como:

“A privação da liberdade de uma ou mais pessoas, qualquer que seja sua forma, cometida por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos que atuem com autorização, o apoio ou a aquiescência do Estado, seguida da falta de informação ou da negativa em reconhecer tal privação de liberdade ou informação sobre o paradeiro da pessoa, com o qual se impede o exercício dos recursos legais e das garantias processuais pertinentes”. (Convenção Interamericana sobre Desaparecimentos Forçados de Pessoas, 1994).

<sup>11</sup> No original: “En México (desaparición forzada) es una práctica del estado que, desde la década de los sesenta, muestra planeación y sistematicidad”.

<sup>12</sup> Gustavo Castillo García. “Desapariciones en Iguala no son delitos de lesa humanidad: pgr”, La Jornada, México, 22 de marzo de 2015.



Entretanto, o México assume compromisso com a sociedade internacional ao passo que ratifica inúmeros tratados de Direitos Humanos, como é o caso da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de pessoas, dentre outros. Embora tenha ratificado diversos tratados o Estado mexicano é um constante violador dos mesmos e ainda que se estabeleça como uma democracia vive a sombra de números que se parecem a regimes ditatoriais. Em 2011, a Constituição do México é modificada, para atender as obrigações do Estado na matéria de Direitos Humanos, o texto constitucional em seu artigo primeiro diz:

“As normas relativas aos direitos humanos serão interpretadas de acordo com esta Constituição e com os tratados internacionais na matéria, favorecendo a mais ampla proteção às pessoas em todos os momentos”. Todas as autoridades, no âmbito de suas atribuições, têm a obrigação de promover, respeitar, proteger e garantir os direitos humanos de acordo com os princípios da universalidade, interdependência, indivisibilidade e progressividade.<sup>13</sup>

Sendo assim, de acordo com o próprio texto constitucional o Estado tem o dever de investigar, sancionar e reparar as violações de Direitos Humanos nos términos da lei.

### **5. Os 43 de Ayotzinapa**

O dia 26 de setembro de 2014 será sempre lembrado como um caso emblemático em matéria de violações de direitos humanos da história recente mexicana. Neste dia cerca de 80 estudantes pertencentes à escola “Raúl Isidro Burgos” se deslocam de Ayotzinapa com o objetivo de chegarem até a capital do país para uma manifestação em memória dos estudantes vítimas do massacre em 1968 de Tlatelolco. Na cidade de Iguala, os estudantes tomam 5 ônibus para seguir em direção ao seu destino, no México é comum o “sequestro” de ônibus para esses fins, as empresas de transporte tem conhecimento sobre esse tipo de situação e normalmente os ônibus são entregues intactos ao final das manifestações. (HERNANDEZ;

---

<sup>13</sup> Texto original: “Las normas relativas a los derechos humanos se interpretarán de conformidad con esta Constitución y con los tratados internacionales de la materia favoreciendo en todo tiempo a las personas la protección más amplia. Todas las autoridades, en el ámbito de sus competencias, tienen la obligación de promover, respetar, proteger y garantizar los derechos humanos de conformidad con los principios de universalidad, interdependencia, indivisibilidad y progresividad. “

2016, p.21). Contudo os jovens são surpreendidos pela polícia na cidade de Iguala em Guerrero, sem nenhuma possibilidade de defesa e aos gritos de que eram apenas estudantes são atacados pela polícia cinco vezes em um período de quatro horas. Os estudantes foram atacados pela polícia municipal de Iguala, Cocula e Huitzucó, além de serem atacados pela polícia ministerial e patrulhas federais. (DESSOTTI e col. 2019, p.146). Durante o primeiro ataque três estudantes ficaram feridos e entre vinte e trinta estudantes são detidos, em um segundo ataque registrado a outro ônibus de estudantes verificou-se mais desaparecimentos. Os próprios normalistas tentaram proteger as provas, porém não se obteve apoio de nenhuma agência do governo, mesmo sendo chamada a unidade militar localizada a poucos quilômetros da cena do crime não apareceu, deixando os normalistas a própria sorte.

O primeiro ataque ocorre às 21h30min, o segundo as 23h00min, onde três estudantes foram baleados. Há alguns quilômetros desse local outro ônibus, o qual levava jogadores de futebol e que em sua maioria eram adolescentes também é detido pela polícia e atacado, sendo eles confundidos com os normalistas que viajavam em direção a Cidade do México, o que demonstra que os ataques quase que simultâneos em diferentes regiões da cidade de Iguala não poderia ser coincidência e muito menos algo não planejado pela polícia. Uma vez sem apoio da polícia, buscaram apoio jornalístico para relatar os fatos, todavia, enquanto concediam entrevista foram novamente atacados por homens fortemente armados e sem qualquer identificação. Neste último ataque não houve somente feridos, contudo foram assassinados Daniel Solis Gallardo e Julio Cesar Nava. Sucederam mais ataques, em taxis e caminhão de mercadorias e ao ônibus que levava jogadores de futebol, conhecidos como “Los Avispones”, o qual resultou em mais duas mortes. Após o quinto ataque ao total tem-se conhecimento de que:

“Seis pessoas foram assassinadas, três dessas estudantes de uma escola normal próxima. O rosto de um deles foi esfolado. A outros os negou atenção médica. No dia seguinte, 43

estudantes da Escola Normal Raúl Isidro Burgos de Ayotzinapa estavam desaparecidos.  
<sup>14</sup> (Paley, 2018, p.256, tradução nossa).

Para entender as possíveis razões pela qual os estudantes normalistas chamavam tamanha atenção se faz necessário regressar no que consistiam “Las Normales”. Esse modelo de escolas surgiu em 1926 através de um programa nacional intitulado: Governo Estudantil que atenderia a população rural. O objetivo era formar professores que ensinassem o espanhol, mas sem desprezar as línguas originárias de cada região. Durante o governo de Lázaro Cárdenas, as ideias marxistas foram introduzidas nessas escolas, ideologia que se conserva até os dias de hoje. Sabendo disso, o interesse governamental sobre as “Rurales” é um ponto decisivo, pois são estudantes dispostos a lutar por seus direitos e contestar as ideias pré-estabelecidas pelo governo. Tais escolas rurais em seu início totalizavam 36, porém após o Movimento de 1968, Gustavo Diaz Ordaz, presidente da época fechou 18 delas. Deste modo, a resistência dos estudantes é vista há décadas e seu movimento é capaz de incomodar a atenção governamental.

Em Ayotzinapa vemos o uso excessivo de força, além da intenção por parte da polícia para executar alunos, como também a omissão das autoridades que não impediram novas agressões, pois não se tratou de um ataque apenas. Os apontamentos da investigação do Ministério Público do estado de Guerrero contataram envolvimento do 27º Batalhão de Infantaria de Iguala, pois se identificou sinal de celular de um dos estudantes. No entanto, os militares lograram impedir a apuração pelo Ministério Público. A responsabilidade caiu sobre o prefeito e a primeira dama de Iguala, os quais foram detidos sobre acusação de serem mandantes do crime e estarem envolvidos com o crime organizado.

Os advogados das famílias dos normalistas apontaram que o governo de Peña Nieto ao não dar a devida continuidade nas investigações tornou-se o principal responsável sobre o desaparecimento dos 43. Dessa forma, não foi demonstrado responsabilidade com seus

---

<sup>14</sup> No original: “La noche del 26 de septiembre de 2014, seis personas fueron asesinadas, tres de ellas estudiantes en una escuela normal cercana. El rostro de uno de ellos fue desollado. A otros se les negó atención médica. Al día siguiente, 43 estudiantes más de la Escuela Normal Rural Raúl Isidro Burgos de Ayotzinapa estaban desaparecidos.”

cidadãos e muito menos com os Direitos Humanos. Os protestos que seguiam acusavam o governo de indiferença e falta de vontade política. (SALAZAR. C e Coronado, 2017, p. 239). Os sobreviventes dos ataques recebiam constantes ameaças de morte e chegaram até a pedir asilo político aos Estados Unidos. Em reportagem realizada pelo The New York Times, em maio de 2016<sup>15</sup>, o qual destaca que as formas armadas mexicanas estão apitas a matar e que realizavam numerosas execuções, citando como exemplo Ayotzinapa.

Sem embargo, não houve nenhuma reação favorável aos estudantes por parte das autoridades militares, a CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), dessa maneira é enviado ao México investigadores que através de um informativo<sup>16</sup> confirmam que as roupas e demais provas encontradas na cena do crime não foram submetidas à investigação, revelando um grave erro nas apurações iniciais. A Procuradoria Geral da República tratou de criar uma “verdade histórica” que segundo esta os estudantes foram assassinados pelo cartel Guerreros Unidos e logo depois incinerados, porém segundo (Paley, 2018. p, 257) “O procurador geral Jesús Murillo Karam afirmou que um grupo criminoso havia confundido os estudantes como membros de um grupo rival, e por isso os desapareceram. Mas não resta dúvida que foi o Estado<sup>17</sup>”.

A Procuradoria Geral da República (PGR), em seu informativo de 2014, salienta em informativo de novembro de 2014 destacando a conclusão de que os 43 estudantes haviam sido incinerados em um lixão em Cocula, Guerrero e que suas cinzas foram jogadas ao rio San Juan, expondo que os culpados seriam os policiais municipais mediante cooperação com o crime organizado. (SALAZAR. C e Coronado, 2017, p.78). Consequentemente para sustentar a versão dada pela PGR e acalmar os protestos que seguiam por todo o território

---

<sup>15</sup> Disponível em: [https://www.nytimes.com/2016/05/27/world/americas/mexican-militarys-high-kill-rate-raises-human-rights-fears.html?\\_r=0](https://www.nytimes.com/2016/05/27/world/americas/mexican-militarys-high-kill-rate-raises-human-rights-fears.html?_r=0)

<sup>16</sup> “Informe Ayotzinapa. Investigación y Primeras Conclusiones de las desapariciones y homicídios de los estudiantes de Ayotzinapa”

<sup>17</sup> No original: “El procurador general Jesús Murillo Karam planteó que un grupo criminal había confundido a los estudiantes como miembros de un grupo rival, y que por eso los había desaparecido. Pero no debe quedar duda de que fue el Estado.”

mexicano a polícia federal e o exército prenderam pessoas e as torturaram para que elas confessassem crimes que não cometeram, porém as autoridades não foram investigadas e muito menos responsabilizadas. Dessa forma os testemunhos não são compatíveis, à medida que foram feitos perante tortura.

“Aqui é onde tropeçamos com uma primeira dificuldade para a análise do discurso público que pretendeu fechar o caso com a exploração de uma “verdade histórica” tão questionada como questionado o conjunto do Estado, indicado como o principal perpetrador dos delitos de crimes contra a humanidade.”<sup>18</sup> (YAÑEZ, 2015, p.33, tradução nossa).

As desconfianças por parte dos familiares referente a atuação da PGR somadas a repercussão internacional do caso levaram o Grupo Interdisciplinar e a Equipe Argentina de Antropologia Forense (Eaaf) a realizar uma investigação própria. Conforme as investigações da Equipe Forense descartou-se a verdade histórica, já que as cinzas encontradas no depósito que supostamente foram incinerados os corpos não correspondiam ao DNA dos estudantes. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos também contesta a verdade histórica do Estado e afirma a impossibilidade científica da versão fornecida pela PGR. (DESSOTTI e col. 2019, p.147). Em informativo de 2015 a “Comisión Nacional de los Derechos Humanos” indica que existiu colisão entre autoridades política, da polícia do município de Iguala e de Cocula, de modo que:

“O governo mexicano autorizou o trabalho da equipe forense por seis meses, ou seja, de março a setembro de 2015, apesar disso o grupo encontrou um complexo ambiente para que se desenvolvessem as investigações, assim como foi identificado que alguns servidores públicos em exercício de soberania realizaram atos de Estado em suas atuações como parte da estrutura dos órgãos de distintas funções de governo”. (SALAZAR. C e Coronado, 2017, p.117, tradução nossa).<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup>No original: “Aquí es donde tropezamos con una primera dificultad para el análisis del discurso público que pretendió cerrar el caso con la exposición de una “verdad histórica” tan cuestionada como cuestionado es el conjunto del estado, señalado como principal perpetrador.”

<sup>19</sup>No original: “algunos servidores públicos en ejercicio de la soberanía realizaron actos de Estado en sus actuaciones como parte de la estructura de los órganos con distintas funciones de gobierno.”

Sobretudo, foram detectadas violações de direitos humanos, tortura, homicídio, tentativa de homicídio, ocultamento de provas, manipulação, obstrução de justiça, abuso de autoridade e uso inadequado da força, lesões e ameaças contra os estudantes da Normal, para, além disso, ocorreram maus tratos e tortura para a obtenção de confissões falsas. (SALAZAR. C e Coronado, 2017, p.118).

Por último, uma das hipóteses levantada pela CIDH diz respeito a provável preocupação dos narcotraficantes com os ônibus, podendo estes conter drogas, já que o estado de Guerrero é uma importante rota de comércio e transporte de heroína até os Estados Unidos, ou seja, os ônibus acidentalmente foram tomados pelos estudantes. Evidentemente Ayotzinapa apenas deixou escapar um vestígio de todos os envolvimento estatais com o crime organizado, deste modo, o que se chama de carteis de narcotráfico pode ser entendido como grupos paramilitares, algo semelhante aos grupos paramilitares financiados pelo Estado no contexto da década de 1960. A maneira de ação desses grupos não se submete a ideia de controlar o Estado, todavia trata-se de um instrumento de repreensão estatal. Tal relação possibilita que nem o Estado e muito menos o crime organizado sejam punidos, dando continuidade à violência ao tratar os estudantes como inimigos com medidas severas de combate. A CIDH de 2018 em Informe Final: “Mecanismo Especial de Seguimiento al Asunto Ayotzinapa “em suas medidas de não repetição recomendou ao México a criação de uma Comissão da Verdade e de lei específica contra desaparecimentos forçados e tortura, a CIDH saudou o Estado pela promulgação da “Ley General para Prevenir, Investigar y Sancionar la Tortura y Otros Tratos o Penas Cruelles, Inhumanos o Degradantes, de junho de 2017” (CIDH 2018, p.129).

### **Conclusão**

Os cidadãos vivenciam em Iguala uma mostra da política de terror, na qual há uma guerra declarada contra os próprios mexicanos que compõe a sociedade e que não podem fazer uso de sua cidadania. A violência em Iguala despertou os mexicanos para não consentir

com os abusos estatais, sendo evidente que a educação é o melhor caminho para combater o governo que deseja manter uma política de miséria. O governo não soube explicar até o dado momento o que de fato aconteceu naquela noite de Iguala, ao mesmo tempo em que não sabemos o paradeiro dos normalistas. O sentimento que fica aos mexicanos é que qualquer pessoa poderia ser um dos 43, ser preso e torturado. Apesar de o México atual ter superado o PRI e o PAN com a candidatura de López Obrador, na qual houve eleições limpas e liberdade de imprensa, entretanto é o mesmo país que convive com a sombra do massacre de 1968 estampados nos atos de violência que o assolam e que no ano do massacre de Ayotzinapa ainda era comandado pelo mesmo partido (PRI). A reação popular no pós Ayotzinapa lembrou os levantes zapatistas de vinte anos atrás, no qual prédios públicos foram incendiados, universidades e escolas suspenderam as aulas, protestos, existe um México antes e depois de Ayotzinapa, um México que entende a importância de sua cidadania, porém que por outro lado compreendeu que o maior responsável pela violência é o próprio Estado em sua tentativa corrupta e ineficaz na Guerra às drogas e o crime organizado age de maneira arbitrária, sendo evidente a relação entre o Estado com o crime organizado.

O narcotráfico impacta diretamente na economia de diversos estados da república mexicana, com isso muitos dos recursos públicos estão destinados a grupos criminosos, por meio da corrupção e violência cometida pelo Estado, acarretando no aumento de casos de desaparecidos no país. Ademais, podemos ressaltar que contexto social mexicano de pobreza, a falta de políticas públicas e segurança foram um terreno fértil para que ocorresse o abuso de poder seguido da impunidade. Com a mudança de administração, em julho de 2020 o governo de Lopez Obrador desmente a “verdade histórica” criada no mandato anterior de Enrique Peña Nieto e reabre as investigações do caso. Logo, mesmo havendo passado anos desde o ocorrido o caso segue aberto e sem punição aos verdadeiros culpados, os quais nem se quer foram apontados. Não obstante, há similaridades entre os estudantes de Ayotzinapa e de Tlatelolco, a qual se pode citar a luta por um melhor país, a repreensão avassaladora, a imposição do uso da força pelo Estado, o ocultamento da verdade, como também a grande

mobilização nacional. Ambos os casos foram uma barbárie feita por agentes estatais e que não apresentaram a verdade. Em Iguala temos denúncias as deficiências do Estado, uma vez que é perceptível que em certos pontos do país haja uma proximidade tão grande entre Estado e criminais que ambos se tornam o mesmo, há o desaparecimento do aparato governamental da proteção dos Direitos Humanos. Observamos, portanto, que o governo falhou na manutenção da paz em Guerrero, o estado mais militarizado da república, o qual combina os abusos governamentais com a violência criminal. É importante destacar que a corrupção política em Guerrero é uma garantia à arbitrariedade estatal, dentro desse panorama o Estado de direito desaparece, dando espaço para o Estado de impunidade. Como consequência de tais fatos, o México vivencia mais uma crise de legitimidade depois do início da Guerra as drogas, em dezembro de 2006. Percebemos que o México atual preserva comportamentos do passado, uma vez que desde 1968 continua a ser um exemplo ainda atual se compararmos a Ayotzinapa, conclui-se que a prioridade nunca foram as vítimas e que a utilização do desaparecimento forçado se trata de uma estratégia de repreensão contra os que pensam de maneira distinta ao governo.

### **Bibliografia**

AGUAYO; S. **De Tlatelolco a Ayotzinapa: Las Violencias del Estado**: Sextil Online 2015.

DESSOTTI; F, SANTOS; F e FRANZONI; M. **México e os Desafios do Progressismo Tardio**: São Paulo: Elefante, 2019.

FLORENCIO; S. **Os Mexicanos**. São Paulo: Contexto, 2014.

GILBER; John. **Una historia Oral de La Infamia: Los Ataques a los Normalistas de Ayotzinapa**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2016.

CASTILLO, G. **Desapariciones en Iguala no son delitos de lesa humanidad**: La Jornada, México, 22 de março de 2015. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2015/03/22/politica/005n1pol>. Acesso em 18 de novembro de 2020.

HAMNETT; B. **História Concisa do México**. São Paulo: Edipro, 2016.

HERNANDEZ; A. **La Verdadera Noche de Iguala**: Grijalbo, 2016.



Human Rights Watch. “**México: Crisis de desapariciones forzadas**”, 2013 disponível em: <<https://www.hrw.org/es/news/2013/02/20/mexico-crisis-de-desapariciones-forzadas>>. Acesso em: 21 de novembro de 2020.

JELIN, E. **Memorias Del 68**. Revista Anfibia – Crónicas y Relatos de non ficción. 2018. Disponível em: <http://www.revistaanfibia.com/ensayo/memorias-del-68> acesso em: 10 de setembro de 2020.

NIEBLA, J. **Movimiento Estudiantil del 68 y la Democracia**, Instituto Nacional Electoral, 2018.

PARRA, E. **El 68: Una Historia Oral más Allá de la Masacre de Tlatelolco**. Ciudad de México: Instituto Belisario Domínguez, 2015.

PAZ, O. **El Labirinto de La Soledad**. México, D.F: Fondo de Cultura Económica, 1981.

PALEY, D. **Capitalismo Antidrogas: una guerra contra el Pueblo**. México: Sociedad Comunitaria de Estudios Estrategicos Liberta bajo palabra, 2018.

REVUELTAS, J. **México 68 Juventud y Revolución**, México DF, Ediciones Era, 1978.

SALAZAR, C e Coronado, J. **Reflexiones sobre Ayotzinapa en la PERSPECTIVA NACIONAL**. Universidad de Guadalajara, Guadalajara, 2017.

YANÈZ, D. **Ayotzinapa y la Crisis del Sistema Neoliberal Mexicano**, Guadalajara: Iteso, 2015.

## Sites:

Castillo, G. “**Desapariciones en Iguala no son delitos de lesa humanidad: PGR**”, La Jornada, México, 22 de marzo de 2015. Disponível em: <<https://www.jornada.com.mx/2015/03/22/politica/005n1pol>> Acesso em: 20 de novembro de 2020.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Situación de Derechos Humanos em México**. Comisión Interamericana de Derechos Humanos, 2015. Disponível em: < [www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Mexico2016-es.pdf](http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Mexico2016-es.pdf) > Acesso em: 30 de Junho de 2020.

Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social. **Medición de Pobreza 2008- 2018 de los Estados Unidos Mexicanos**. Disponível em:

<[https://www.coneval.org.mx/Medicion/PublishingImages/Pobreza\\_2018/Serie\\_2008-2018.jpg](https://www.coneval.org.mx/Medicion/PublishingImages/Pobreza_2018/Serie_2008-2018.jpg)> Acesso em: 18 de novembro de 2020.

**El 68: una historia oral más allá de la masacre de Tlatelolco.** Revista UNAM, Ciudad de México, 18 de Setembro de 2018. Disponível em: <<http://bibliodigitalibd.senado.gob.mx/handle/123456789/4141>> Acesso em: 17 de Julho de 2020.

INEGI, “**Índice de percepción sobre la seguridad pública**: Cifras durante diciembre de 2011, 5 de enero de 2012. Disponível em <<http://www.inegi.org.mx/inegi/contenidos/espanol/prensa/Boletines/Boletin/Comunicados/Percepci%F3n%20sobre%20Seguridad%20P%FAblica/2012/enero/comunicacion.pdf>> Acesso em: 20 de agosto de 2020.

Human Rights Watch. “**México: Crisis de desapariciones forzadas**”, 2013 disponível em: <<http://www.hrw.org/es/news/2013/02/20/mexico-crisis-de-desapariciones-forzadas>> Acesso em: 17 de julho de 2020.

**LITERATURA DEL 68.** Revista UNAM, Ciudad de México, 29 outubro de 2018. Disponível em: <<http://www.elem.mx/estgrp/datos/36>> Acesso em: 17 de Julho de 2020.

PARRA; E. **Prensa vendida.** Revista Humanum. Ciudad de México, 27 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://revistahumanum.com/2018/09/27/prensa-vendida/>> Acesso em 30 de junho de 2020 as 00:50

The New York Times: **Mexican Military Runs Up Body Count in Drug War**, 2016.

Disponível em: <[https://www.nytimes.com/2016/05/27/world/americas/mexican-militarys-high-kill-rate-raises-human-rights-fears.html?\\_r=0](https://www.nytimes.com/2016/05/27/world/americas/mexican-militarys-high-kill-rate-raises-human-rights-fears.html?_r=0)> Acesso em: 10 de dezembro de 2020.